

Pedro Marques Gomes

Torres, Sílvia (2014). *Guerra Colonial na revista Notícia. A cobertura jornalística do conflito ultramarino português em Angola*. Coimbra: MinervaCoimbra. (112 páginas).

Aviso

O conteúdo deste website está sujeito à legislação francesa sobre a propriedade intelectual e é propriedade exclusiva do editor.

Os trabalhos disponibilizados neste website podem ser consultados e reproduzidos em papel ou suporte digital desde que a sua utilização seja estritamente pessoal ou para fins científicos ou pedagógicos, excluindo-se qualquer exploração comercial. A reprodução deverá mencionar obrigatoriamente o editor, o nome da revista, o autor e a referência do documento.

Qualquer outra forma de reprodução é interdita salvo se autorizada previamente pelo editor, excepto nos casos previstos pela legislação em vigor em França.

revues.org

Revues.org é um portal de revistas das ciências sociais e humanas desenvolvido pelo CLÉO, Centro para a edição eletrónica aberta (CNRS, EHESS, UP, UAPV - França)

Referência eletrónica

Pedro Marques Gomes, « Torres, Sílvia (2014). *Guerra Colonial na revista Notícia. A cobertura jornalística do conflito ultramarino português em Angola*. Coimbra: MinervaCoimbra. (112 páginas). », *Comunicação Pública* [Online], Vol.11 nº 20 | 2016, posto online no dia 30 Junho 2016, consultado o 31 Maio 2016. URL : <http://cp.revues.org/1142>

Editor: Escola de Superior de Comunicação Social

<http://cp.revues.org>

<http://www.revues.org>

Documento acessível online em:

<http://cp.revues.org/1142>

Documento gerado automaticamente no dia 31 Maio 2016. A paginação não corresponde à paginação da edição em papel.

Comunicação Pública Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

Pedro Marques Gomes

Torres, Sílvia (2014). *Guerra Colonial na revista Notícia. A cobertura jornalística do conflito ultramarino português em Angola*. Coimbra: MinervaCoimbra. (112 páginas).

- 2 A celebração de efemérides é um momento particularmente propício à discussão e à reinterpretação desses acontecimentos. Além de novas perspetivas, também novas informações tendem a chegar a público, contribuindo para atualizar o conhecimento adquirido sobre esses “momentos simbólicos”.
- 3 No âmbito das comemorações dos 40 anos da Revolução portuguesa de 25 de Abril de 1974, foram múltiplas as obras publicadas versando os mais diversos aspetos do período, a partir de metodologias e olhares distintos. Debates e conferências proliferaram na academia mas também na sociedade portuguesa em geral. Na imprensa multiplicaram-se artigos referentes a momentos da revolução, dando voz a protagonistas mais e menos conhecidos.
- 4 Tema particularmente “quente”, a “questão colonial” foi objeto de estudo de várias novidades editoriais de 2014 e 2015. Entre o registo memorialístico e a abordagem histórica, passando naturalmente pela ficção, muitas foram as propostas apresentadas aos leitores¹. De facto, sendo a descolonização um dos aspetos basilares do processo revolucionário português, não surpreende a atenção conferida à temática da Guerra Colonial.
- 5 Neste contexto, o contributo de Sílvia Torres, através do seu livro *Guerra Colonial na revista Notícia. A cobertura jornalística do conflito ultramarino português em Angola*, é particularmente pertinente. Resultado da dissertação de mestrado em Jornalismo, que a autora defendeu na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, a obra tem como objeto de estudo a revista semanal angolana *Notícia* e, concretamente, o tratamento dado pela publicação à Guerra Colonial, entre 1961 e 1974.
- 6 Na sua investigação, Sílvia Torres recorre a uma pluralidade de fontes. Além da consulta de edições da revista em análise e de bibliografia sobre o período, realizou nove entrevistas a antigos jornalistas da *Notícia* e a um *cartoonista*. Esta opção confere ao texto uma vivacidade característica de quem viveu o “pulsar” dos acontecimentos, além de clarificar certos aspetos ausentes da bibliografia. Não obstante, a autora não deixa de alertar para os perigos do recurso a fontes orais. Citando a historiadora Luísa Tiago de Oliveira, lembra que os testemunhos exigem “uma crítica rigorosa e pertinente”, ainda que representem “um contributo essencial e, muitas vezes, insubstituível para a análise dos problemas históricos, permitindo investigar novas questões, formular novas hipóteses e chegar a novos resultados” (p. 15)².
- 7 Organizado em cinco capítulos fundamentais, este trabalho apresenta-nos uma contextualização essencial para a compreensão do conteúdo da revista *Notícia*. Desde logo, explicando sinteticamente as características e os condicionamentos do jornalismo de guerra e a sua evolução ao longo dos tempos (Capítulo I); depois, debruçando-se sobre a história da imprensa africana e, em particular, de Angola (II Capítulo). Considera-se que o aparecimento, em 1845, do *Boletim do Governo Geral da Província de Angola*, fundado pelo então governador-geral, Pedro Alexandrino da Cunha, marca os “primeiros passos do jornalismo” angolano, ainda que – ressalva Sílvia Torres – não se trate de uma “publicação jornalística, na medida em que apenas transmitia informações meramente institucionais e governamentais” (p. 22). Em 1866 surge o semanário *A Civilização da África Portuguesa*, em 1923 *A província de Angola* (existindo ainda hoje mas com nome diferente: *Jornal de Angola*) e, em 1959, a revista *Notícia*.
- 8 O terceiro capítulo é dedicado, precisamente, ao historial da *Notícia*. São dados a conhecer o custo inicial da revista (2\$50) e a sua periodicidade (semanal, saindo aos sábados), bem como o seu fundador (António Alves Simões) e a empresa proprietária (Tipografia Neográfica, com sede em Luanda). Curiosamente, a ideia do fundador era “preencher a publicação com anedotas

e passatempos”. Todavia, “a partir de 1962, o cenário muda com a entrada de João Charrulla de Azevedo” como redator principal (mais tarde chega a diretor), sendo que este “transforma a revista na publicação mais popularizada de e em Angola” (p. 26). No ano seguinte, a tiragem da revista era já de 16 mil exemplares (tinha começado com cerca de 4 mil), contando com 40 páginas. Em 1966 chega às 100 páginas, com uma “edição metropolitana”, “exactamente igual à de Angola, excepto nalguns anúncios” (p. 27). Passa também a ter colaboradores em Macau, em Lourenço Marques e na Cidade do Cabo. A *Notícia* estava a “conquistar o mundo”, como a própria revista anunciava em 1967 (p. 28). Porém, acaba por ser “silenciada em Março de 1975 pelo partido do MPLA”. A revista “deixa de existir sem qualquer despedida” (p. 30), não havendo muito mais informações no livro relativamente a este desfecho.

9 Chegamos ao quarto capítulo, onde é dedicada especial atenção à censura, uma das principais características do Estado Novo. Assim, como não deixa de observar Sílvia Torres, “entre 1961 e 1974, a *Notícia* foi filtrada pela Censura de Salazar e pelo Exame Prévio de Marcello Caetano” (p. 33). Mas, curiosamente, a censura foi também, ela própria, objeto de tratamento jornalístico na revista, sendo vários os exemplos apresentados no livro a este respeito. Não raras vezes, os redatores criticavam abertamente a Comissão de Censura. “Havia diálogo entre a redacção e o censor”, conta o jornalista João Fernandes em entrevista à autora.

10 Com o título “Nós somos pela Censura!”, um artigo de 1961 propunha-se “inverter posições” e “censurar os censores”, referindo-se às decisões destes (corte total, suspenso, com cortes) como “antipáticas observações”, que tinham consequências diretas no trabalho da redacção e na saída da revista, que muitas vezes se atrasava. O mesmo artigo não deixa de se referir ao trabalho suplementar causado pelos cortes da censura: “O bom do censor descansado da vida vai descansando do cansaço que nos pregou” (p. 34). Apesar disso, são vários os jornalistas que defendem a ideia de que a censura da metrópole era mais “apertada” do que a da província. Depois de mencionar a existência de censura militar (além da civil, que muitas vezes era também exercida por militares), “pela qual passavam todos os textos e imagens que estivessem relacionados com a Guerra Colonial” (p. 43), sendo maioritariamente cortadas informações sobre os inimigos das tropas portuguesas, a investigadora passa então à análise do conteúdo da *Notícia*.

12 Segundo Sílvia Torres, “ao longo dos 13 anos de guerra, o conflito chegou aos leitores de diversas formas, desde visitas oficiais de altas entidades à Província até condecorações de militares, passando também pelas lutas que se travavam na Guiné e em Moçambique” (p. 45). A palavra “guerra”, por exemplo, “surge no *Notícia* pela primeira vez cerca de três meses após o início do conflito” (p. 47), apenas, sendo a utilização do “humor para falar dos militares” uma “prática usual ao longo da cobertura jornalística de guerra” (p. 47). Outro aspeto curioso pretende-se com o facto de os acontecimentos que marcaram o início da guerra não terem sido noticiados em 1961, mas apenas um ano depois.

13 Na análise da investigadora destaca-se também a ideia de que a *Notícia* “apresentou sempre a mesma versão” dos protagonistas da guerra em Angola: “o ‘bem’ e a vitória estavam do lado dos ‘briosos soldados’, ‘audazes’, ‘heróis’, ‘valentes’ e ‘defensores da Nação’ e o ‘mal’ e a derrota pertenceram aos ‘bandoleiros’, ‘turras’, ‘terroristas’, ‘demónios’, ‘facínoras’, ‘criminosos’, ‘pobres diabos’ e ‘inimigos’. A imagem destes últimos só mudava quando se entregavam, arrependidos, aos ‘nossos militares’” (p. 63). Utilizou-se também o humor através do *cartoon* “Zé da Fiska”, uma paródia à figura do soldado português em Angola. Através da análise da investigadora e das imagens apresentadas ao leitor, também o livro transpõe essa forma mais cómica de olhar os acontecimentos e os protagonistas da guerra.

14 Após analisar a cobertura realizada pela publicação relativamente a cinco acontecimentos específicos da guerra, Sílvia Torres revela como os ditadores portugueses foram retratados na publicação – um aspeto particularmente interessante da sua investigação, em parte devido aos comentários dos jornalistas recolhidos pela autora. Um exemplo: confrontado com a conclusão de que Salazar foi um “ditador pouco visível na *Notícia*”, o jornalista Hélder Freire afirma que “não se ligava muito a Salazar. Aparecia nos jornais quase por dever de ofício”. A autora, cruzando o testemunho com bibliografia, não deixa de explicar ao leitor que “a

‘imagem poderosa’ do governante não poderia ser assim mantida com demasiada exposição mediática” (p. 73).

15 Por sua vez, Marcello Caetano é apresentado como “o ‘Homem do Povo’, de quem não se espera nem ‘milagres executivos’ nem ‘decisões espetaculares’, mas em que se deposita esperança (‘milhares de pessoas contam com ele’)” (p. 79). Na *Notícia*, Edite Soeiro assina inclusivamente uma “Carta aberta a Marcello Caetano”, reivindicando mais direitos para os jornalistas dos jornais não diários: “Porque nós, Senhor Presidente, os trabalhadores da Imprensa Não Diária, continuamos a não ser reconhecidos como jornalistas, a não usufruir dos mesmos direitos de quantos fizeram da pena a sua enxada e nas colunas de um jornal levantaram a sua trincheira” (p. 80).

16 Quanto à situação profissional dos redatores, a obra fornece-nos também importantes pistas para uma melhor compreensão do que era a organização e o funcionamento das redações nas províncias ultramarinas. “Não tendo formação em jornalismo, a tarimba foi a escola dos jornalistas do *Notícia*, portugueses e angolanos, que exerciam a profissão a tempo inteiro”, ali encontrando “boas condições de trabalho, ajudas de custo para deslocações nacionais e internacionais e um bom ambiente na redacção entre colegas e chefias” (p. 51). Por essa redacção, maioritariamente masculina e jovem, passaram nomes incontornáveis da cultura, como os de Herberto Helder ou Natália Correia. O jornalista da *Notícia* era, também ele, “herói e protagonista do conflito em Angola”. António Gonçalves, em entrevista à autora, revela: “quando saíamos em reportagem, as pessoas conheciam-nos. Tínhamos estatuto” (p. 56).

17 Finalmente, entre as várias conclusões apresentadas pela autora, mencionamos apenas duas, que nos parecem bastante elucidativas. Desde logo, a constatação de que “houve de facto uma cobertura jornalística de alguns acontecimentos da Guerra Colonial, essencialmente através de reportagens, artigos de opinião e referências editoriais, mas faltou uma cobertura contínua, contextualizada e actual do conflito ultramarino”. Depois, o facto de “o passado, maioritariamente contado na primeira pessoa, [ter sido] sempre favorável à força portuguesa envolvida na guerra (ao regime do Estado Novo), facto que tornou o discurso panfletário e propagandístico” (p. 93). Note-se que o livro oferece ainda ao leitor vários apêndices, com pequenas, mas úteis, biografias dos jornalistas entrevistados.

18 Em suma, com uma escrita clara e de aliciante leitura, o estudo de Sílvia Torres apresenta novas e importantes informações sobre uma área da história dos *media* ainda pouco explorada: a imprensa nas províncias ultramarinas, nomeadamente em tempo de guerra. Contribui, assim, para uma melhor compreensão de uma fase tão relevante da história recente tanto de Portugal como de Angola. Em paralelo, através da análise das páginas desta revista, ficamos a conhecer – e, em alguns casos, confirmamos – algumas das particularidades do jornalismo de guerra.

19 A *Notícia* “contou a guerra à sua maneira mas contou-a”, nota a autora, que não termina o texto sem lançar ideias para investigações futuras. “Urge saber mais sobre a censura militar, sobre o que jamais foi contado pelos meios de comunicação social da época”, sublinha. Aguarda-se, por isso, a conclusão da sua tese de doutoramento, igualmente dedicada a esta temática mas compreendendo ainda a imprensa da Guiné-Bissau e de Moçambique.

Bibliografia

Alexandre, Dora (2015). *O outro lado da Guerra Colonial*. Lisboa: Esfera dos Livros.

Branco, Sofia (2015). *As mulheres e a Guerra Colonial*. Lisboa: Esfera dos Livros.

Costa, João Paulo Oliveira e (Coord.) (2014). *História da Expansão e do Império português*. Lisboa: Esfera dos Livros.

Gomes, Catarina (2014). *Pai, tiveste medo?* Lisboa: Matéria-Prima.

Oliveira, Luísa Tiago (2010). A história oral em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº63. Lisboa: Mundos Sociais: 139-156.

Pinto, António Costa e Jerónimo, Miguel Bandeira (2014). *Portugal e o fim do colonialismo: dimensões internacionais*. Lisboa: Edições 70.

Waals, W. S. van der (2015). *Guerra e Paz - Portugal/Angola, 1961-1974*. Lisboa: Casa das Letras.

Notas

1 Sem qualquer preocupação de exaustividade, veja-se, por exemplo, Costa, 2014; Gomes, 2014; Pinto e Jerónimo, 2014; Alexandre, 2015; Branco, 2015; Waals, 2015.

2 O original: Oliveira, 2010: 149.

Referência(s):

Torres, Sílvia (2014) *Guerra Colonial na revista Notícia. A cobertura jornalística do conflito ultramarino português em Angola*. Coimbra: MinervaCoimbra. (112 páginas).

Para citar este artigo

Referência eletrónica

Pedro Marques Gomes, « Torres, Sílvia (2014). *Guerra Colonial na revista Notícia. A cobertura jornalística do conflito ultramarino português em Angola*. Coimbra: MinervaCoimbra. (112 páginas). », *Comunicação Pública* [Online], Vol.11 nº 20 | 2016, posto online no dia 30 Junho 2016, consultado o 31 Maio 2016. URL : <http://cp.revues.org/1142>

Autor

Pedro Marques Gomes

IHC - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

Morada para correspondência:

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Universidade Nova de Lisboa

Av. De Berna, 26 C

1069-061 Lisboa

Portugal

pedromarquesgomes@gmail.com

Direitos de autor



Comunicação Pública Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.
